

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

E-VIDAL COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS S.A.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Senhores Acionistas,

A Administração da E-Vidal Comércio de Eletrônicos S.A. ("Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o presente Relatório da Administração, acompanhado das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e do correspondente relatório dos auditores independentes.

Salvo indicação em contrário, os valores apresentados neste Relatório estão expressos em milhares de reais, em conformidade com a base de apresentação adotada nas demonstrações financeiras.

Contexto operacional e perfil societário

A Companhia, inscrita no CNPJ nº 29.954.011/0001-92, com sede na Rodovia BR 153, nº 500, Sala 02, KM 52, Bairro Frinape, Erechim/RS, foi constituída em 27 de agosto de 2019, originalmente sob a forma de sociedade limitada, e teve seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul em 18 de setembro de 2019, sob nº 43.208.526.591. Em 22 de março de 2023, mediante alteração contratual com modificação do tipo jurídico, a Companhia foi transformada em sociedade anônima de capital fechado, registrada na JUCERS sob NIRE 43.300.071.430, mantendo a continuidade de suas atividades, sem dissolução, liquidação ou interrupção operacional.

A Companhia tem como atividade principal o comércio varejista, por meio de lojas físicas e e-commerce, com atuação em diferentes praças do território nacional.

Administração e governança

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia é administrada por uma Diretoria, com mandato definido estatutariamente. No exercício de 2025, a Diretoria foi composta pela Sra. Patrícia Sachet, Diretora Presidente. A Companhia não possui Conselho Fiscal de funcionamento permanente, podendo sua instalação ocorrer por deliberação da Assembleia Geral, na forma da legislação aplicável.

Síntese patrimonial

No encerramento do exercício, a Companhia apresentou ativo total e passivo total de R\$ 5.719, com patrimônio líquido negativo de R\$ 1.230, configurando situação de passivo a descoberto. O ativo circulante totalizou R\$ 4.655, composto substancialmente por estoques de mercadorias para revenda no montante de R\$ 4.055, contas a receber de clientes de R\$ 271, impostos a recuperar de R\$ 170, caixa e equivalentes de caixa de R\$ 118 e adiantamentos de R\$ 41. O ativo não circulante somou R\$ 1.064, integrado por direito de uso em arrendamentos de R\$ 892, imobilizado líquido de R\$ 167 e intangível líquido de R\$ 5.

No passivo, o circulante totalizou R\$ 3.408, composto principalmente por adiantamentos de clientes de R\$ 1.421, empréstimos e financiamentos de R\$ 868, fornecedores de R\$ 844, arrendamentos de R\$ 157, obrigações sociais e trabalhistas de R\$ 60 e obrigações fiscais de R\$ 58. O passivo não circulante totalizou R\$ 3.541, composto por empréstimos e financiamentos de R\$ 2.852 e arrendamentos de R\$ 689.

Desempenho do exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou receita operacional líquida de R\$ 6.266 (R\$ 3.656 em 2024), refletindo crescimento significativo em relação ao exercício anterior. O custo das mercadorias vendidas totalizou R\$ 4.423, gerando lucro bruto de R\$ 1.843. As despesas operacionais somaram R\$ 1.861, das quais R\$ 1.460 referentes a despesas administrativas, R\$ 361 a despesas tributárias, R\$ 62 a despesas de vendas e R\$ 22 positivos em outras receitas e despesas, resultando em prejuízo operacional de R\$ 18.

O resultado financeiro do exercício foi negativo em R\$ 1.118, composto por receitas financeiras de R\$ 109 e despesas financeiras de R\$ 1.227, estas últimas influenciadas pela apropriação de juros e atualizações sobre as operações de cessão de direitos creditórios e demais operações de capital de giro. Após o resultado financeiro, apurou-se prejuízo antes dos impostos sobre o lucro de R\$ 1.136. Para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, a Companhia passou a adotar o regime do Lucro Real no exercício de 2025, em substituição ao regime do Lucro Presumido aplicado em 2024. Em razão da base de cálculo negativa, não houve apuração de imposto de renda e contribuição social correntes no exercício, resultando em prejuízo líquido do exercício de R\$ 1.136 (R\$ 497 em 2024), correspondente a prejuízo líquido por ação de R\$ 2,84.

Composição do patrimônio líquido

O patrimônio líquido ao final do exercício é composto por capital social integralizado de R\$ 400, totalmente subscrito e integralizado em 400 mil ações nominativas de valor nominal de R\$ 1,00 cada, e prejuízos acumulados de R\$ 1.630, dos quais R\$ 1.136 foram apurados no exercício corrente. As demonstrações das mutações do patrimônio líquido refletem, ainda, ajustes de exercícios anteriores no montante positivo de R\$ 93, integralmente absorvidos contra prejuízos acumulados no encerramento do exercício.

Endividamento e estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de empréstimos e financiamentos totaliza R\$ 3.720 (R\$ 5.398 em 2024), distribuídos entre o passivo circulante (R\$ 868) e o passivo não circulante (R\$ 2.852), com vencimentos escalonados entre 2026 e 2028. As operações são contratadas integralmente na modalidade de cessão de direitos creditórios, à taxa média de 13,49% ao ano. A Companhia reconhece, ainda, passivos de arrendamento mensurados a valor presente nos termos do CPC 06 (R2) / IFRS 16, no montante total de R\$ 846 (R\$ 1.044 em 2024), correspondentes a contratos de direito de uso de veículos e demais ativos arrendados, segregados entre passivo circulante (R\$ 157) e não circulante (R\$ 689).

A dívida líquida da Companhia ao final do exercício, calculada como saldo de empréstimos e financiamentos deduzido das disponibilidades, totaliza R\$ 3.602, ante R\$ 5.345 em 2024,

representando redução de aproximadamente 32,6% na alavancagem bruta no exercício, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 2 às demonstrações financeiras.

Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade de a Companhia continuar operando, nos termos do CPC 26 (R1) / IAS 1, e está convencida de que dispõe dos recursos necessários para dar continuidade aos seus negócios no futuro previsível. A Administração não tem conhecimento de qualquer incerteza material que possa suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia, razão pela qual as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram preparadas com base no pressuposto de continuidade, conforme detalhado nas Notas Explicativas nº 2 e nº 18 às demonstrações financeiras.

Não obstante a apuração de patrimônio líquido negativo na data-base, sustentam a manutenção da base de continuidade operacional, entre outros aspectos: (i) a manutenção do nível operacional das atividades de comércio varejista físico e eletrônico; (ii) a geração positiva de caixa nas atividades operacionais no exercício, no montante de R\$ 3.236; (iii) a redução do endividamento bruto observada no exercício; e (iv) a manutenção das linhas de cessão de direitos creditórios com vencimentos escalonados até 2028.

Auditoria independente

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram auditadas pela Allianssa Auditores Associados S.S. Ltda. (CRC RS 004627/O – CVM 11.134), que emitiu opinião sem ressalvas, contendo, contudo, parágrafo de ênfase em referência ao patrimônio líquido negativo apresentado na data-base, conforme descrito na Nota Explicativa nº 18. O parágrafo de ênfase chama atenção do leitor para tal assunto, sem implicar modificação na opinião dos auditores independentes.

Reforma tributária sobre o consumo

A Administração acompanha a evolução da regulamentação da Reforma Tributária sobre o Consumo, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025, com posterior disciplina pela Lei Complementar nº 227/2026, que dispôs sobre a criação do Comitê Gestor do IBS e definiu as alíquotas aplicáveis no período de transição entre 2026 e 2033. Com base nas avaliações realizadas até o momento e considerando o estágio atual de implementação, conclui-se que não há impactos relevantes nas demonstrações financeiras do exercício, estando os efeitos imediatos restritos à adaptação operacional e tecnológica ao novo modelo tributário, conforme melhor detalhado nas notas explicativas.

Eventos subsequentes

Em janeiro de 2026, os acionistas da Companhia deliberaram, em comum acordo, pelo encerramento das atividades da filial nº 06, inscrita no CNPJ nº 29.954.011/0008-69, localizada no município de Rio Verde, estado de Goiás. A Administração entende que tal deliberação se insere no contexto ordinário de gestão operacional da Companhia e não

produz, de forma isolada, efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Administração reafirma seu compromisso com a adequada condução dos negócios sociais, com a observância das disposições legais e estatutárias e com a manutenção de controles contábeis, societários e financeiros compatíveis com a estrutura e as atividades da Companhia. A Administração agradece aos acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores e demais parceiros pela confiança e cooperação durante o exercício de 2025.

Erechim/RS, 31 de dezembro de 2025.

Patrícia Sachet
Diretora Presidente
CPF nº 013.599.770-40